

DISCURSO*

FRANCISCO FERREIRA DE ALMEIDA**

Ex.mo Sr. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona

Ex.mo Sr. Juiz-Conselheiro António Quirino Duarte Soares

Ex.mos Srs. Professores

Estimados alunos e funcionários:

Expresso à Universidade Lusófona – que também considero já a minha Universidade, particularmente à pessoa do ilustre Diretor da sua Faculdade de Direito, Professor Doutor José Francisco de Faria Costa, o meu penhorado agradecimento pela sensibilizante homenagem que acaba de me ser prestada.

A Universidade Lusófona proporcionou-me, ao longo destes últimos 16 anos – para além de um muito aprazível e gratificante convívio humano –, o aprofundamento teórico dos institutos e práticas forenses que regeram o exercício da minha carreira de magistrado judicial de cerca de 40 anos, mormente nos mais de 15 anos que servi nos Supremos Tribunais.

Não se tornou, por isso, para mim, fácil, endereçar ao Ex.mo Diretor, no pretérito mês de abril, a carta-anúncio da minha desvinculação da atividade docente.

Não tanto pelo grau de senectude – sempre, todavia, presente e atendível –, mas mais pelo propósito de me dedicar, mais concentradamente, às “letras” jurídico-processuais.

Não porque me considere um “príncipe das letras jurídicas”, como o Professor Doutor Ferrer Correia chegou a rotular o Professor Doutor

* Palavras proferidas na homenagem da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona ao Senhor Conselheiro António Quirino Soares e ao Senhor Conselheiro Francisco Ferreira de Almeida, em 14 de setembro de 2021. (Nota editorial)

** Professor da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona Lisboa entre 2005 e 2021. Juiz-Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça.

Baptista Machado na *Revista de Legislação e Jurisprudência* – por sinal ambos meus antigos mestres na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Antes por um certo deleite intelectual com que sempre encarei os temas de Direito e Processo Civil. De facto, sem um processo justo e equitativo, não pode lograr-se, na expressão anglo-saxónica, *a fair trial*. E, também, pela serena reflexão de que tudo na vida possui um ciclo ou um termo razoáveis, sem descurar o propósito de uma mais estreita dedicação à vida pessoal e familiar.

Devo à docência na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona o ensejo da publicação das sucessivas edições dos meus manuais de Direito Processual Civil, elaboradas com base nos Apontamentos das Lições que, ao longo de mais de três lustros, nela proferi, e sob cuja égide foram sendo sucessivamente publicados pelas Edições Lusófonas.

Nesta hora, não posso olvidar que esta minha interina “saga” na docência teve início com um honroso e indeclinável convite que me foi dirigido, no ido mês de julho do ano de 2005, logo após a minha jubilação do Supremo Tribunal de Justiça, pelo Ex.mo Professor Doutor Mário Júlio de Almeida Costa, emérito Diretor desta Faculdade e personalidade de reconhecida envergadura universitária e cívica, também meu antigo Professor na Universidade de Coimbra. Abro aqui um parêntesis para salientar o papel determinante deste ilustre Mestre e dirigente na génese institucional e reconhecimento deste Curso como Faculdade de Direito.

Ínsito ao convite encontrava-se – segundo o nobre convidante – o do impulsionamento atualizador do ensino e da aprendizagem das disciplinas de Processo Civil, na busca de uma estreita relação simbiótica entre teoria e prática.

Daí que haja sempre procurado imprimir nas minhas aulas um estilo coloquial e interativo, que se não cingisse ao mero débito escolástico e acrítico das matérias a lecionar. Sempre tendo em mira que o processo civil possui (*ex-natura*) uma “estrutura dialética e polémica”, na expressão do insigne Professor Manuel de Andrade.

Não sei se tal almejado *desideratum* foi ou não conseguido, mas – não olvidando o velho brocardo lusitano de que “elogio em boca própria é vitupério” –, parto consciente de que tudo fiz para que tal sucedesse.

No alcance dos propostos objetivos didático/pedagógicos, pautei-me sempre, e muito natural e essencialmente – quais bússolas diretoras –, pelos

ensinamentos da *alma mater conimbricensis*, cujos eminentes próceres e respectivas obras do âmbito das ciências jurídico-civilísticas e jurídico-processuais sempre nortearam o meu múnus profissional e a minha subsequente atividade académica, *verbi gratiae* os egrégios Professores Alberto dos Reis, Manuel de Andrade, Pires de Lima, Antunes Varela e Anselmo de Castro.

A propósito de Alberto dos Reis, um conhecido causídico atreveu-se a dizer, aqui há anos, não sem uma elevada dose de jactância, que era preciso “matar Alberto dos Reis”!... (*sic*). Porém, o anúncio dessa morte surgiu como manifestamente exagerada, uma vez que a obra deste insigne Mestre permanece bem viva e atuante na hodierna processualística pátria.

Sem qualquer intuito discriminatório, seja-me permitido destacar a solicitude e permanente disponibilidade de que sempre fui credor – sobretudo nos primórdios da minha docência nesta Faculdade – por banda do meu prezado e distinto amigo Prof. Doutor Rui de Figueiredo Marcos, a cuja alta craveira magistral e qualidades humanas rendo a minha justa homenagem e a quem testemunho a minha sincera gratidão.

Gratidão que também expresso ao Ex.mo Sr. Dr. Luís Gomes, atual ilustre Vice-Presidente da COFAC, pela sua atuante e eficaz disponibilidade no encontro das adequadas soluções e que gostosamente estendo ao Ex.mo Sr. Dr. Flávio Roques, atual Subdiretor da Faculdade, personalidades a quem expresso o meu sentido agradecimento pelas reiteradas atenções e deferências que sempre me dispensaram.

Em algumas atividades circum-letivas, *maxime* nos júris de mestrado e na área das creditações, tive também a elevada honra de conviver e colaborar, mais proximamente, com os mui distintos juristas e amigos, professores Doutores Fernando Pinto Bronze, Casalta Nabais e Manuel Nogueira Serens, a quem dirijo um sentido abraço de amizade e admiração.

Recordarei também, para sempre, a colaboração leal, dedicada e proficiente por parte de todos os meus assistentes das disciplinas de Direito Processual Civil; particularmente, *prima inter pares*, da Mestra Paula Cabriz; outrossim, do Mestre José Grazina Machado; e ainda, no pretérito ano letivo, da Doutora Carolina Freitas e da mestranda Licenciada Ana Louro, bem como da Mestra Dora Fonseca, esta na disciplina optativa de Organização Judiciária.

De realçar que os Mestres José Grazina Machado e Dora Fonseca e, outrossim, a Licenciada Ana Louro, foram já meus alunos nos Cursos Geral e/ou de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, o que bem atesta a capacidade da Faculdade para a geração dos seus próprios docentes.

Não posso, também, esquecer – *last but not least* – quão estimulante e excitante foi, para mim, dar o meu singelo contributo para a formação de sucessivas gerações de “escolares de leis”, quer no Curso Geral quer de Mestrado. Dos meus antigos alunos, guardarei sempre as melhores recordações.

Justo é ainda salientar o muito prestável e dedicado apoio administrativo por parte das Secretárias da Faculdade de Direito, Dras. Iolanda Almeida, Isabel Matos e Paula Almeida.

A instituição, há cerca de três anos, da sala do tribunal, ou tão-simplesmente do “Tribunal”, para simulação de audiências de julgamento, e que ora passa a ostentar o nome da minha modesta pessoa conjuntamente com o do meu velho amigo e colega de curso e de carreira da magistratura – o mui distinto Juiz-Conselheiro Dr. António Quirino Duarte Soares, a quem, neste momento, dirijo um afetuoso abraço –, certamente se deve ao empenho que ambos reiteradamente mostrámos na sua criação.

Tal instituição poderá constituir – com fundada esperança – um valioso instrumento de familiarização dos alunos com o ritualismo procedimental e a *praxis* judiciária, mormente daqueles que se propõem seguir profissões forenses; superando ou reduzindo naturais inibições propiciadas pelas audiências públicas e fomentando a lógica discursiva, a retórica argumentativa e os dotes de oratória. Temáticas que, certamente não por acaso, integravam já – diga-se a talho de foice – a essência do ensino universitário medieval, o chamado *trivium*, este com aplicação específica à prática forense. Não também, por acaso, no processo civil romano, os *advocatus* intervenientes no *judicium* eram também oficialmente designados por *oratores!*...

Auspicio à Faculdade de Direito da Universidade Lusófona um risonho futuro. Para tal, não lhe faltará rigor científico e capacidade investigatória e editorial, assegurados por um escol docente de excelência, que certamente lhe propiciará continuar na senda de uma Faculdade de referência no ensino do Direito.

Agora sob a dedicada e proficiente batuta do seu atual e Mui Distinto Diretor, Professor Doutor José Francisco de Faria Costa, a quem particularmente,

DISCURSO

e *ex-corde*, renovo a minha gratidão pela generosa e magnânima iniciativa desta homenagem.

À guisa de conclusão: constituiu, para mim, uma enorme honra ter exercido funções docentes nesta Faculdade, nos últimos 16 anos.

Formulo à Faculdade, aos seus corpos docente e discente, bem como a todos os seus servidores, os votos dos melhores e maiores sucessos.

Os meus sinceros e cordiais agradecimentos por terem participado neste ato.

Até sempre.